

Reajuste do mínimo não diminuiu pobreza e desigualdade

(Não Assinado)

Os aumentos reais de 9% e 13% concedidos pelo governo federal para o salário mínimos nos anos de 2005 e 2006, respectivamente, não provocaram redução significativa nos indicadores de pobreza e desigualdade social. Esta é uma das constatações da pesquisa “Redistribuição à Brasileira: Ingredientes Trabalhistas”, divulgada hoje (22) pela Fundação Getúlio Vargas.

“Quando observamos os fortes reajustes do salário mínimo dos últimos dois anos sobre a renda do trabalho ficamos um pouco decepcionados. Esta é uma questão importante de ser ressaltada porque, nos últimos dez anos, o salário mínimo apresentou sempre um impacto forte de redução da pobreza e da desigualdade. Este impacto, aparentemente, foi perdido nestes últimos anos”, diz o economista Marcelo Neri, coordenador do Centro de Políticas Sociais da Fundação.

Segundo ele, a esperança do efeito do mínimo sobre a pobreza e a desigualdade reside hoje muito mais nos seus efeitos sobre a Previdência Social, através do pagamento dos benefícios previdenciários, do que sobre a renda dos trabalhadores.

Na avaliação do professor, a constatação não necessariamente significa que o efeito do mínimo sobre a renda do trabalho tenha sido negativo, mas que talvez os efeitos positivos deste aumento possam ter sido, de certa forma, minimizados pelos efeitos negativos da geração de desemprego e de uma maior informalidade.

Os dados constantes da pesquisa foram feitos a partir de análise de microdados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) levantada nas seis principais regiões metropolitanas do país.

Eles indicam que, no passado, os efeitos positivos do aumento do salário mínimo na redução da pobreza era mais forte e evidente. “É importante lembrar que o mínimo aumentou 100% nos últimos dez anos e talvez ele esteja muito alto para continuar produzindo os efeitos que causavam antigamente. Além disto, os empregadores podem estar demitindo os trabalhadores com mais frequência do que faziam no passado. Empurrando-os para a informalidade”.

Um “crítico” dos aumentos excessivos para o salário mínimo como forma de diminuição da desigualdade, Marcelo Neri defende uma maior agressividade e valores mais elevados para os programas sociais do governo federal.

“É preciso ter mais cuidado quando se concede reajustes ao salário mínimo, pois este aumento é irreversível e nem sempre causa o efeito desejado sobre a parcela da renda do trabalho. O fundamental é fazer crescer os bons programas sociais, como o Bolsa Família, que poderia ter o seu valor ampliado com significativo efeito sobre a desigualdade social”, acredita./td>